



PARECER JURÍDICO

Referente ao Projeto de Lei nº 23/2022:

Suspende o pagamento e o desconto do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU no exercício de 2023.

I – Do Relatório;

Foi encaminhado a Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis para emissão de parecer, o Projeto de Lei nº 023/2022, de autoria do Executivo Municipal, que tem por escopo a suspensão do pagamento e do desconto do IPTU no exercício de 2023. O projeto é composto por 01 (uma) página, e sua justificativa em anexo. É o relatório sucinto.

II – Da Iniciativa

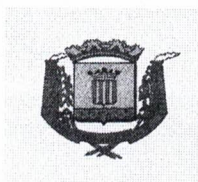
O projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, já que está a adequar a legislação municipal aos ditames estatuídos pela ordem econômica e social vivida atualmente. Neste prisma a iniciativa em apreço encontra amparo na Constituição da República Federativa do Brasil (art. 30, I) e na Lei Orgânica Municipal (art. 6º, I), que assim dispõe:

“Art.6º -- Compete ao município:

I – legislar sobre os assuntos de interesse local;”

No mesmo prisma, em relação ao aspecto formal da propositura, mormente alteração de Lei Municipal, a Lei Orgânica do Município de Barra do Ribeiro assim dispõe:

Art.68 –São atribuições do Prefeito e do Vice Prefeito Municipal, as instituídas na Constituição Federal e as instituídas por esta Lei Orgânica:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO RIBEIRO
"BARRA DO RIBEIRO TERRA DA FÁBRICA DE GAITEIROS"



Parágrafo Primeiro - Compete privativamente ao Prefeito:
(...)

VIII – dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal na forma da lei.”

Neste mesmo prisma, os termos do art. 24º, I, c.c art.30, II, da Constituição Federal, preveem a competência do Município para legislar sobre direito tributário, o que é devidamente chancelado pela Lei Orgânica do Município, que em seu art. 6, inc. III, autoriza o Ente Municipal a instituir e arrecadar os tributos de sua competência.

Observa-se, portanto, que é juridicamente viável a apresentação do Projeto de Lei nº 69, de 2022, de iniciativa do Prefeito Municipal, nada obstando a regular tramitação do projeto, cabendo aos nobres vereadores a análise em plenário.

III - Do mérito

No que concerne ao aspecto de materialidade do projeto de lei, conforme já visto anteriormente, a proposta apresentada pelo Executivo Municipal possui validade por se tratar de ato que está dentro da previsão legal como uma das atribuições da administração do Município.

Aliás, sabemos que não é de hoje que os municípios procuram formas de incrementar a arrecadação de Recursos, dentre as quais destacam-se Programas de descontos para pagamentos antecipados de Impostos.

No caso em tela, surge a presente proposição buscando autorização legislativa para suspender o pagamento e o respectivo desconto para pagamento antecipado do IPTU.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO RIBEIRO
"BARRA DO RIBEIRO TERRA DA FÁBRICA DE GAITEIROS"



Todos os tributos têm um momento ordinário de pagamento, um vencimento originário, como expressado no art. 160, do Código Tributário Nacional:

Art. 160. Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre trinta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.

Parágrafo único. A legislação tributária pode conceder desconto pela antecipação do pagamento, nas condições que estabeleça.

Assim, pode o Município, como medida de exceção, estabelecer o momento ideal para o pagamento do IPTU, sobretudo no caso em comento, onde em virtude do georreferenciamento feito no Município, o valor venal dos imóveis (base de cálculo para a incidência da alíquota do tributo IPTU) foi alterado, algo que não acontecia desde a década de 90 do século passado, mas que tem gerado dúvidas junto à população e que, em razão disso, a Administração Pública Municipal está propondo o diferimento do pagamento com a intenção de melhor instruir e esclarecer os cidadãos.

Atendidas as normas impostas pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, não há impedimento que a lei conceda desconto para pagamentos antecipados de Tributos.

Por isso, não se mostra o projeto portador de mácula a consubstanciar afronta à Constituição Federal ou a lei, estando de acordo com as normas legais, sua viabilidade jurídica é o que se observa.

IV- Conclusão

Ante a fundamentação acima exposta, concluo pela viabilidade jurídica do Projeto de Lei n.º 23/2023, da forma como foi apresentado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO RIBEIRO
"BARRA DO RIBEIRO TERRA DA FÁBRICA DE GAITEIROS"



É o parecer

S. M. J.

Barra do Ribeiro, 16 de março de 2023.

J. Edson C. Royes Jr.
OAB/RS 48.418
Assessor Jurídico do Legislativo